

A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA EM PONCIÁ, DE CONCEIÇÃO EVARISTO E VENENOS DE DEUS, REMÉDIOS DO DIABO DE MIA COUTO

THE AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN IDENTITY FORMATION IN PONCIÁ, EVARISTO CONCEPT AND VENOMES OF GOD, REMEDIES OF THE DEVIL OF MIA COUTO

Alyne de Sousa Jardim 1

Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas (2006) e graduação em Informática pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (2013). Atualmente é professora - Secretária de Educação e Cultura do Estado do Pará e professora - Secretaria da Educação e Cultura do Tocantins. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Métodos e Técnicas de Ensino. cursando pós-graduação (stricto sensu) em Letras e Literatura em Porto Nacional. E-mail: alynejardim@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho abordará a formação identitária individual e coletiva a partir do entrelaçamento de memórias, experiências pessoais e de comunidades afro-brasileiras constituída na diáspora, assim como a africana no contexto pós-colonial de Moçambique, através de um diálogo comparativo entre a narrativa brasileira: Ponciá, de Conceição Evaristo e a narrativa moçambicana: Venenos de Deus, Remédios do Diabo de Mia Couto. Os autores tecem uma trama permeada de dores, angústias e sofrimentos, e ao mesmo tempo faz refletir sobre a relação entre raça e desigualdade social e o abandono institucional ocorrido após o período colonial nos países colonizados por Portugal. Para o estudo desta questão será adotado o aporte teórico de Hall (2003), Santos (2003), Priore (2012), Trespach (2018). Estes autores promovem discussões sobre a relação colonizador/colonizado e ainda os reflexos da colonização portuguesa na contemporaneidade. **Palavras-chave:** Identitária. Coletiva. Individual. Afro-brasileira. Africana.

Abstract: This work will address individual and collective identity formation through the interweaving of memories, personal experiences and Afro-Brazilian communities constituted in the diaspora, as well as African in the postcolonial context of Mozambique, through a comparative dialogue between the Brazilian narrative: Ponciá, Conceição Evaristo and the Mozambican narrative: Poisons of God, Remedies of the Devil by Mia Couto. The authors weave a network permeated with pain, anguish and suffering, and at the same time reflects on the relationship between race and social inequality and the institutional abandonment that occurred after the colonial period in the countries colonized by Portugal. For the study of this question will be adopted the theoretical contribution of Hall (2003), Santos (2003), Priore (2012), Trespach (2018). These authors promote discussions about the colonized / colonized relationship and also the reflexes of the Portuguese colonization in the contemporaneity.

Keywords: Identity. Collective. Individual. Afro-Brazilian. African.

Introdução

O presente artigo reflete sobre a formação identitária do afro-brasileiro e do africano nas ex-colônias de Portugal: Brasil e Moçambique, sob a ótica de estudiosos pós-colonialistas. Através de duas obras a primeira é o romance Ponciá de Conceição Evaristo, escritora brasileira, a segunda é o romance Venenos de Deus, Remédios do Diabo de Mia Couto escritor Moçambicano.

Os dois romances mostram como os colonizados tiveram suas vidas devastadas pela imposição da cultura, língua e religião dos colonizadores portugueses. Sofreram um processo de apagamento de suas tradições, pois os anos de domínio português criaram estigmas de que os colonizados eram inferiores, pertenciam a uma civilização inferior e ainda consequências como a exclusão social e abandono institucional.

A imagem negativa dos colonizados e o estigma de inferioridade constantemente imposto pelo colonizador promoveram a perda identitária e fragmentação desses povos. Segundo Souza (2003) o colonizado português tem um duplo problema de auto-representação: em relação ao colonizador que o colonizou e em relação ao colonizador que, não o tendo colonizado escreveu, no entanto a história de sua sujeição colonial.

Para tanto, inicialmente faremos um estudo comparativo entre os processos de colonização ocorridos no Brasil e depois no continente Africano, além de descrever o processo de independência de Moçambique.

Segundo Santos (1994) O Brasil e os países africanos não foram colônias plenas, Portugal enquanto zona fronteira semiperiférica possibilitou a eles acesso as culturas centrais. Não devemos esquecer a assimetria matricial entre o caso português e os casos brasileiro e africano. Pois os dois últimos tiveram origem num ato de imposição violenta por parte do primeiro, uma imposição do ponto de vista cultural que nos últimos anos se firmou mais pela omissão do que pelo ato de força.

Portanto, as relações vivenciadas pelos negros após o período de libertação tanto no Brasil, quanto em Moçambique são essenciais para a compreensão das consequências destes processos de descolonização retratados nos dois romances pós-colonialistas.

O romance Ponciá narra a trajetória da personagem Ponciá Vivência, mulher negra descendente de escravos que no intuito de alterar sua trajetória de vida muda-se para a cidade. Mas ao longo dos anos percebeu que o único lugar que poderia ocupar era as margens, então começou a questionar-se que liberdade seria essa? O porquê de apesar de todos os seus esforços, não conseguira quase nada.

Por outro lado, Mia Couto no seu romance Venenos de Deus, remédios do Diabo retrata formações identitárias em Moçambique, através das recordações de Bartolomeu Sozinho, um velho mecânico que trabalhou numa embarcação portuguesa por dez anos e que não aceitava a independência de seu país.

Os dois romances pertencem à literatura pós-colonial que tem como base estudar o contexto atual para compreender o imperialismo e suas influências, promovendo questionamentos sobre as relações entre colonizador/colonizado para uma possível descolonização dos subalternos, recuperação de sua história e de sua voz.

Como destaca Soares (2011, p.104):

Refletir sobre a desigualdade, identidade e cultura no Brasil contemporâneo requer, nessa nova perspectiva política, proceder um retorno à África, ou melhor, promover um (re) encontro com o continente africano. Isso tem colocado em evidência o desafio de tentar superar as versões colonizadas da história e ir ao encontro de outras narrativas.

Sendo assim, a análise do processo de formação identitária do afro-brasileiro e do africano, parte das memórias do período colonial vivido pelos personagens dos dois romances e das relações vivenciadas pelos negros após o período de Libertação e independência tanto no Brasil como e Moçambique.

A herança colonial portuguesa na contemporaneidade

O Brasil é constituído por diversos povos que migraram para a colônia do século XV ao XVIII nesse período como os Portugueses e Africanos. Os Lusitanos estavam procurando novas rotas não exploradas anteriormente para expandir suas atividades econômicas. Encontraram o Brasil bem próximo da África do Sul, que também seria uma localização importantíssima para o domínio e crescimento econômico Lusitano.

Do lado Atlântico direcionado para a América, os europeus visavam encontrar terras, de preferência não habitadas, para serem exploradas e, mais tarde colonizadas, objetivando a produção agrícola de produtos com grande demanda europeia. O principal intuito dos colonizadores era o acúmulo de capital gerando lucros na colônia que posteriormente era repassado para a metrópole (MATOS, 2012, p. 63).

Corroborando com esse fator, a conquista de Angola, no final do século XVI, foi fundamental para Portugal dominar o tráfico transatlântico de escravos, tornando muito rentável o tráfico negreiro, aliado a produção açucareira dos engenhos no Brasil. Esses escravos eram trazidos em condição de mercadoria.

Nesse período milhares de africanos foram arrancados de suas terras de forma abrupta e violenta. O Brasil foi um dos países que mais recebeu escravos e onde a escravidão perdurou por mais tempo entre os anos de 1675 e 1808.

A viagem de travessia do oceano Atlântico durava meses e os negros viajavam em condições sub-humanas. Os que sobreviviam à viagem iam trabalhar nas plantações de cana de açúcar e nos engenhos, mantendo, assim, contato com o proprietário dono da terra. Nesse sentido Mattos corrobora:

O cultivo e as colheitas eram tarefas muito cansativas, que exigiam força para preparar e cavar a terra pesada de massapê [...] O escravo também ficava encarregado da manutenção da propriedade, construir cercas, poços, fossos, além de, em alguns engenhos, cuidar da sua própria subsistência, cultivando um pedaço de terra fornecido pelo proprietário, depois que cumprisse sua cota estipulada de trabalho (MATTOS, 2012, p. 105).

O trabalho compulsório nos canaviais não era a única forma de escravidão no Brasil, alguns trabalhavam nas cidades cuidando de serviços domésticos, trabalhavam no transporte de produtos, como artesãos no beneficiamento do couro, na fabricação de cerâmica, eram responsáveis pelo abastecimento de água e até mesmo pelo transporte de seus proprietários.

Os ex-escravos, após a libertação não receberam nenhuma indenização, não tinham qualificação e geralmente eram analfabetos, discriminados por sua antiga condição a maioria permaneciam nas fazendas de seus antigos donos. Outros quando não ficavam nas ruas, moravam em favelas ou cortiços.

Mesmo depois de um século de abolição da escravidão, ainda é difícil para a população negra ser inserida, ascender no mercado econômico brasileiro e ainda expurgar o eufemismo do mito da “democracia racial” inculcada na sociedade brasileira de forma hipócrita e dissimulada com o intuito de apagar as origens dos afro-brasileiros.

A ideia defendida por Freyre de que a colonização foi conciliadora é abordada neste momento apenas como um recorte, com a intenção de denunciar o quanto a história dos ex-escravos e seus descendentes foram ignoradas e contadas pela visão eurocêntrica.

Freyre difundiu uma retórica Luso-tropicalista permeada de uma ideologia de que o processo de colonização ocorreu de forma pacífica. Como retrata excerto abaixo:

Escravidão de estilo português que foi um prolongamento do estilo maometano: o de associar o cativo à cultura dominante em vez de utilizá-lo apenas economicamente. A de torná-lo por vezes português e não apenas subportuguês: ou africano ou asiático ou americano a serviço do português. Daí a naturalidade com que o preto assimilado – ou apenas em começo de assimilação – diz-se, em terra portuguesa, português e não bântu ou mandinga ou iorubano. Português é o que ele é e se sente. E, sendo português, não se revolta tanto contra Portugal como o preto das colônias inglesas contra o inglês. O do Congo Belga contra os belgas, o da África do Sul contra os “boers”, até mesmo os indígenas de colônias francesas contra a França (FREYRE, 2001, p. 363).

A crença de que a convivência entre colonizador e colonizado teria sido branda e até amistosa se deu pela repetição de uma narrativa, que promovia o discurso de misturas das raças, onde não teria ocorrido exploração, muito menos violência, devido à miscigenação tanto do ponto de vista sexual, biológico, quanto cultural.

A mistura de raças ocorreu [...] “no Brasil colonial, dado o número reduzido de mulheres brancas disponíveis, o colonizador europeu via na mulher indígena, negra e principalmente, na mulher mulata, o papel de prostituta ou de amante”. (TRESPACH, 2018, p.127). Assim muitos filhos ilegítimos eram criados em famílias desestruturadas que ficavam à mercê de todo tipo de exploração, tanto da força de trabalho como sexual, ou até mesmo sem família expostas as mazelas sociais, ao preconceito racial desde crianças. A historiadora Mary Del Priore acrescenta: “Degradadas e desejadas ao mesmo tempo, as negras seriam o mesmo que prostitutas, no imaginário de nossos colonos: mulheres ‘aptas à fornicção’ em troca de algum pagamento” (PRIORE, 2012, p.46).

Pode-se perceber que o escravo, no contexto colonial, diferentemente da concepção de Freyre foi relegado à função de objeto, um instrumento a serviço do colonizador que não hesitava em castigá-los das formas mais cruéis. Consequentemente, muitos acabavam fulgindo para quilombos na esperança de ser livres, de poder ser sujeito de sua própria história, percorreram um longo percurso até conseguir a liberdade depois de mais de três séculos de servidão.

A “liberdade” foi alcançada gradativamente, pois a economia brasileira dependia exclusivamente da mão de obra escrava, então os senhores proprietários de terras, de minas de extração de ouro, de diamante e de engenhos de cana, que eram administradores do império brasileiro dificultavam a implementação e validação de leis que possibilitassem a liberdade dos escravos. Nesse aspecto:

Podemos perceber, assim, dentre outros fatores, dois aspectos particulares sobre as dificuldades de implementação das legislações citadas. Em primeiro lugar, elas foram elaboradas considerando-se na maioria das vezes, os interesses econômicos ou políticos de proprietários e negociantes e/ou daqueles que eram administradores do império do Brasil. O interesse humano parecia ser secundário diante das necessidades dos ajustes e barganhas políticas. A escravidão representaria, nessa época, menos desumanidade e mais uma espécie de “atraso” para o desenvolvimento do Brasil (PEREIRA, 2012, p.43).

Contudo, mesmo após a sua libertação, o ex-escravo não recebeu nenhuma condição de sobreviver dignamente, nenhuma forma de inclusão. O negro ficou numa situação de

abandono, pois o imaginário relativo à escravidão era tão arraigado na sociedade que passou a ser visto como um estigma, associado ao atraso e inferioridade. Segundo Souza:

Também havia o projeto dos políticos e dos homens bem pensantes do país, que sonhavam com o branqueamento da população e com a diminuição da presença negra, vista como um fator que dificultava o alcance dos estágios mais avançados do desenvolvimento conforme os padrões ocidentais (SOUZA, 2014, p. 122).

As intenções políticas de branqueamento da sociedade brasileira eram tão visíveis que o governo republicano criou projetos de incentivo à imigração de europeus e asiáticos para trabalhar nas lavouras de café, ocupando assim um espaço antes ocupado pelos escravos.

Segundo Nascimento (2016), a mística racista tinha o objetivo de promover o desaparecimento do descendente africano fisicamente e espiritualmente, através do processo de embranquecer a pele negra e a cultura negra, numa espécie sofisticada de racismo tão arraigada no Brasil que se torna uma qualidade natural do “branco brasileiro”.

Embora alguns ex-escravos permanecessem no campo, cultivando pequenos pedaços de terra cedidos pelo fazendeiro em troca de parte da produção, multiplicava-se o número de negros que migravam para as cidades. Nesse sentido Mattos complementa:

A exclusão racial não aconteceu somente no âmbito do trabalho. Pode-se notar também que os negros foram excluídos geograficamente. Por conta da sua precária condição financeira, eles foram obrigados a residir nas regiões periféricas das cidades, habitando cortiços e pequenas casinhas de aluguel nos bairros afastados do centro paulistano e favelas que surgiam nos morros cariocas (MATTOS, 2012, p. 187).

Em consonância com a problemática, Souza, (2014) pontua. Se antes os negros eram marginalizados e perseguidos pelo estigma da escravidão e da suspeita que sobre eles pairava, agora alguns motivos da marginalização se ligavam aos obstáculos que suas tradições de origem africana significariam para a evolução de sociedade.

Entretanto, a imagem do negro foi criada e mantida pelo olhar europeu e reinterpretada através dos séculos de dominação colonial. Analisar e conhecer nossa história, enquanto indivíduos ou povos provenientes de um regime arbitrário de colonização é primordial para compreendermos as consequências resultantes de um período em que um povo instituiu posições hierárquicas como dominante/colonizador ou dominado/colonizado.

Portanto, perfazer o diálogo entre a situação do negro, tanto na diáspora, quanto em sua terra natal, o continente africano, onde o sistema imperialista foi tão opressor que dominou e/ou explorou os negros até mesmo em seu território é fundamental.

O continente africano hoje é formado por 55 países, dentre eles se encontra Moçambique, antiga colônia de Portugal, assim como o Brasil. Os lusitanos começaram a explorar o Brasil no século XV e posteriormente Moçambique no final século XVIII.

As políticas expansionistas dos europeus, sobretudo das monarquias ibéricas (Portugal e Espanha), tinha como principal intuito a exploração de lucros imediatos, por meio do comércio de especiarias com a Índia e Ásia e de outro com a região Ocidental da África Subsaariana, apesar de alguns

estudiosos acreditarem que os europeus também tivessem interesses geopolíticos e religiosos e quisessem, com as novas rotas atlânticas, isolar os mulçumanos, que detinham o monopólio comercial dessa região. Do lado Atlântico direcionado para América, os europeus visavam encontrar terras, de preferência não habitadas, para serem exploradas e, mais tarde, colonizadas, objetivando a produção agrícola de produtos com grande demanda europeia (MATTOS, 2012, p. 63).

Pode-se constatar que um dos principais interesses de Portugal em conquistar novos territórios era suprir a metrópole com mercadorias produzidas na colônia, como açúcar, o algodão, o tabaco entre outros. Com a necessidade de produzir em larga escala, começaram a usar a mão de obra escrava.

Segundo Paul Lovejoy¹, durante o século XVI, foram comercializados nas rotas do Atlântico em torno de 800 mil a 1,3 milhões de escravos. Nos séculos seguintes, XVII e XVIII, o número de exportações cresceu vertiginosamente chegando a mais de 7 milhões de escravos vendidos. Só para a América durante o século XVIII foram enviados mais de 60 mil escravos por ano.

Entender o sistema colonial instalado em Moçambique é extremamente complexo, sobretudo pela política de assimilação² instalada nesse país africano. A partir do momento que eram assimilados muitos conseguiam algumas vantagens, então foram acentuando-se as diferenças de classes sociais, etnias refletindo uma ideologia capitalista que tinha o intuito de reforçar as diferenças e gerando tensão entre nativos e Portugueses.

Nesse aspecto Mindoso, (2017) pondera:

O assimilado moçambicano caracterizou-se por ter uma condição identitária negociada, ponderada, entre a lusitanidade – que se apresentava no período colonial como sinônimo de civilidade e o caminho a partir do qual o indivíduo ganharia reconhecimento (pelo menos jurídico) de cidadania – e a ideia do nativismo, que o ligava a heranças familiares ou comunitárias, em suma, aos hábitos e costumes africanos (MINDOSO, 2017, p.41).

Essa prática foi instituída no governo de Salazar que governou de 1932 a 1968 instaurando uma constituição extremamente autoritarista, proibindo as greves perseguindo e reprimindo líderes políticos a liberdade de expressão. A insatisfação política fez surgir um movimento de libertação nacional, FRELIMO (Frente de Libertação Nacional), que buscava a independência do país, igualdade e justiça para os Moçambicanos. Moçambique conseguiu sua liberdade em 1975.

Logo após a libertação, o grupo se dividiu devido a ideologias divergentes. Parte do grupo almejava o resgate e ressignificação das tradições africanas, já a outra queria uma sociedade moderna se orientando por leituras muito particulares sobre o marxismo-leninismo. A partir dessa cisão surgiu o grupo RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana).

Esta disputa resultou em uma guerra civil que encerrou com o Acordo de paz e com as eleições multipartidárias do país que viriam a ser realizadas em 1994. Além de sofrer com a ausência da estrutura estatal e econômica que existia no período de domínio português, a população ainda vivia em meio a uma disputa pelo poder.

Entretanto, o projeto imperialista não conseguiu dizimar as marcas das tradições

¹ Fonte: Lovejoy, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.90.

² A assimilação em Moçambique consistia em um processo contraditório, por um lado o estado lhe impunha determinada identidade, mas por outro devido às suas experiências pessoais, coletivas construía sentidos específicos divergentes dos impostos pelo Estado.

culturais do período pré-colonial e a identidade nacional do Moçambicano não se configura como a do europeu, por vezes reflete uma hibridez gerando conflitos individuais.

Não podemos afirmar que a herança do colonialismo seja uma das mais igualitárias e benéficas para as pessoas negras e/ou mestiças que carregam estigmas sociais advindos de um longo período de exploração e escravidão de um povo.

Os reflexos do período pós-colonial perduram até os dias atuais, portanto, devem ser analisados, discutidos. E uma das formas mais diretas de promover essa reflexão é através da literatura contemporânea.

A formação identitária do negro na narrativa memorial de Conceição Evaristo e Mia Couto

A população negra no Brasil é formada por descendentes de escravos que foram trazidos do continente africano, obrigados a deixar para trás uma história, religião e costumes. Ao longo de trezentos anos foram inferiorizados estigmatizados devido a sua cor e origem, pois o pensamento dominante disseminava uma ideia que a África era uma terra de povos atrasados e não civilizados.

O padrão vinculado pela hegemonia econômica e social da colônia instituiu belezas, valores e cultura eurocêntrica o que silenciou parte da identidade desses grupos no Brasil.

A questão da formação identitária do negro e imposição cultural eurocêntrica é frequentemente discutida na literatura com o intuito de retratar, resgatar e refletir sobre a história, a cultura e a identidade de um povo. A partir de narrativas dos povos silenciados pelo aparato do Estado colonial.

Dentre as obras que abordam essa temática, apontamos o romance *Ponciá Vivência* (2017) de Conceição Evaristo, e o romance *Venenos de Deus e Remédios do Diabo* (2008) de Mia Couto³. Nas duas obras, os personagens principais discutem o passado histórico marcado pela dominação e opressão sofridas pelos seus antepassados, o que impactou diretamente na formação da identidade das personagens que transitam pela narrativa.

As narrativas são construídas, a partir das lembranças fragmentadas das personagens principais que ora regressam ao passado, ora retornam ao presente na tentativa de fazer um resgate da sua própria história e identidade.

O romance *Ponciá Vivência*, de Conceição Evaristo⁴, narra a história de uma mulher negra, por meio da trama de lembranças, de memórias que se entrelaçam com a história de seus ancestrais, através da figura do avô, do pai e ainda de outros personagens que vivem na mesma situação de miséria e exclusão social.

Sobre isso, destaca Ianni:

A literatura negra está profundamente marcada pelo movimento negro. Um movimento múltiplo, diversificado, atravessando cidades, regiões, histórias e nações. Isto é, o tema do negro brasileiro implica desvendar, desmistificar, resgatar e emancipar o negro do fantástico véu ideológico que o recobre, mescla, submerge, esconde, ignora (IANNI, 2011, p.195).

³ Nascido na cidade de Beira, Moçambique e filho de uma família de portugueses, Mia Couto é considerado um dos principais autores do continente africano na atualidade. Em 2013, Couto foi agraciado com o Prêmio Camões pelo conjunto da obra. A premiação foi instituída em 1988 pelos governos do Brasil e de Portugal e é considerada uma das mais importantes no âmbito da língua portuguesa. https://www.fronteiras.com/ativemanager/uploads/arquivos/produtos_culturais/49d377500041d04c2bc8eaaa0bb34fd3.pdf Acesso em: 18/09/2018.

⁴ Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, em 1946. É Mestre em Literatura Brasileira pela PUC do Rio de Janeiro, com a dissertação *Literatura Negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e Doutora em Literatura Comparada na Universidade Federal Fluminense, com a tese *Poemas malungos, cânticos irmãos* (2011), na qual estuda as obras poéticas dos afro-brasileiros Nei Lopes e Edmilson de Almeida Pereira em confronto com a do angolano Agostinho Neto. <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo> Acesso em: 18/09/2018.

Esta discussão sobre a situação de exploração do negro e sua relação com o preconceito e desigualdade social perdura até os dias de hoje, pois seu passado de escravidão e posterior exclusão social não permitiu que tivessem as mesmas condições que os demais membros da sociedade brasileira.

O romance de Conceição Evaristo, possui uma narrativa multifacetada, em que acontecimentos que pertencem a diferentes momentos vão sendo narrados de formas descontínuas, misturados às memórias da personagem. Ponciá visita o passado relembrando o tempo em que era criança e que, apesar da constante ausência do pai e do irmão, ela vivia junto com os seus em contato com a natureza:

Naquela época Ponciá Vivêncio gostava de ser menina. Gostava de ser ela própria. Gostava de tudo. Gostava. Gostava da roça, do rio que corria entre as pedras, gostava dos pés de pequi, dos pés de coco catarro, das canas e do milhoal. Divertia-se brincando com as bonecas de milho ainda no pé de milho. [...] Tudo era tão bom. No tempo em que Ponciá Vivêncio ficava na beira do rio, se olhando nas águas, A menina buscava a argila nas margens do rio (Evaristo, 2017, p. 20).

As lembranças de Ponciá Vivêncio entrecruzam memórias do passado com as do presente, traz sua vivência e a dos seus familiares. A mãe se questionava e ficava sempre com muito medo por não entender a semelhança da filha com o pai de seu marido Vô Vivêncio, a menina desde que começara a andar trazia os traços do avô, até o bracinho virado para trás com a mão fechada imitando o braço cotoco do avô.

Embora o pai de Ponciá reconhecesse a semelhança dela com o pai pouco se importava, pois quando ele era pequeno o velho, num acesso de revolta e raiva, matou a esposa e tentou se matar, mas os outros trabalhadores que moravam na pequena vila chegaram a tempo quando ele tinha esfolado apenas o braço e o salvaram. Ele nunca mais foi o mesmo enlouquecera ora ria, ora chorava, o seu semblante era de dor e angústia.

Vô Vivêncio dilacerado pela dor, angústia e desespero de não ser dono de sua própria história, de não poder proteger e livrar os seus descendentes de um destino tão desumano perdeu a razão, e escapar da racionalidade foi a única forma dele fugir da escravidão, de se rebelar.

Na narrativa o drama do Avô é perpetuado na existência da neta que oscila entre a razão e não razão, até por fim, enlouquecer fugindo da sua dor, sofrimento e principalmente da frustração de não conseguir mudar sua realidade e ainda perpetuar a história de exclusão social e discriminação de seu ancestral.

Mesmo após a abolição, os ex-escravos resolveram permanecer nas redondezas do lugar onde eram escravizados. O Coronel ofereceu um pedaço de terra para cada um deles para plantar e colher. Os homens passavam meses preparando a terra, plantando e colhendo para os brancos.

Tempos e tempos atrás, quando os negros ganharam aquelas terras, pensaram que estivessem ganhando a própria alforria. Engano. Em muito pouca coisa a situação de antes diferia da do momento. As terras tinham sido ofertas dos antigos donos que alegavam ser presente de libertação. E como tal, podiam ficar por ali, levantar moradias e plantar seus sustentos. Uma condição havia, entretanto, a de que continuassem todos a trabalhar nas terras do Coronel Vivêncio. [...] O tempo passava e ali estavam os antigos escravos, agora libertos pela Lei Áurea, os seus filhos, nascidos “ventre livre” e o seus netos, que nunca seriam escravos [...] teve a impressão de que havia ali um pulso de ferro a segurar o tempo. Uma soberana mão que eternizava uma condição antiga (EVARISTO, 2017, p.42).

As mulheres ficavam na vila esperando o retorno deles. Depois de algum tempo,

os descendentes do Coronel começaram a pegar os pedaços de terra de volta. Mas ex-escravos continuavam lá, o pai de Ponciá também, filho de ex-escravos continuava levando a mesma vida dos pais.

Às vezes interpelava o pai o porquê de estar ali, o porquê de haver tantas negras nas senzalas, por qual motivo não iam embora. “A resposta do pai foi uma gargalhada rouca de meio riso e de meio pranto. O homem não encarou o menino. Olhou o tempo como se buscasse no passado, no presente e no futuro uma resposta precisa, mas que estava a lhe fugir sempre” (EVARISTO, 2017, p.17).

De acordo com Foucault (1972), a exclusão social do louco foi usada como um mecanismo de desvalorização do discurso do louco, anulando sua palavra. Pois o exercício do poder se origina através de discursos e instituições reguladoras que se manifestam das mais variadas formas na sociedade.

Ponciá Vivêncio temia que sua vida não mudasse e carregava em seu peito a incongruência de não se reconhecer pelo nome Vicêncio, o sobrenome dos brancos. O fato de ela ter sido batizada com o nome do Coronel proprietário de seu Avô não a deixava esquecer seu passado de exploração, subserviência e sofrimento.

Como retrata o excerto abaixo:

A marca do sobrenome do coronel nos nomes dos descendentes dos antigos escravos da fazenda substituiu a antiga tatuagem feita a ferro nos seus corpos. O exercício da opressão apenas toma contornos diferentes, porém continua marcando suas vidas (ARAÚJO, 2007, p. 78-79).

Estava cansada de tudo ali, então resolveu ir para a cidade em busca de melhorias. Muitos partiram do povoado para a cidade, mas não tiveram êxito. Acreditava que com ela seria diferente, pois aprendera a ler e teria mais sorte na cidade.

No entanto conseguiu apenas um barraco no morro, um marido desesperançoso e perder setes filhos que nasceram mortos. Sentia até certo alívio de as crianças nascerem mortas se livrando da pobreza. Olhava a sua volta, todos nos barracos da favela eram atingidos pela fome, pela falta de assistência, pelo abandono.

Sobre esse fato, Nascimento (2016) assevera que os negros vivem em favelas porque não possuem dinheiro para comprar áreas habitáveis, então a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego, e a falta de emprego é reflexo da falta de preparo técnico, instrução adequada e aptidão que por sua vez é resultado da ausência de recursos financeiros. O afro-brasileiro vive prisioneiro num círculo vicioso de discriminação, onde são ceifadas todas as oportunidades de melhoria de vida e ascensão social. Pois o fator racial determina a sua posição social e econômica na sociedade.

Contudo, além da exclusão social, Ponciá ainda foi atingida pelo vazio, a saudade da sua mãe, do seu irmão, a impossibilidade de trabalhar com o barro e ficar em contato com a natureza fez com que ela mergulhasse em suas lembranças e se perdesse dentro dela mesma: “Relembrava a vida passada, pensava no presente, mas não sonhava e nem inventava nada para o futuro. O amanhã de Ponciá era feito de esquecimento. [...] Tinha então vontade de choros e risos” (Evaristo, 2017, p.18).

Em consonância a esse pensamento Foucault (1972), esclarece:

Com efeito a animalidade protege o louco contra tudo o que pode haver de frágil, de precário, de doentio no homem. A solidez animal da loucura, e essa espessura que ela toma emprestado do mundo cego do animal, endurece o louco contra a fome, o calor, o frio, a dor (FOUCAULT, 1972, p.169).

Enfim a herança de seu avô foi recebida, a loucura, ocasionada pela exclusão social, dor, pelo sofrimento e pela revolta de não conseguir alterar sua vida, sua realidade. Como podemos constatar no trecho a seguir:

Os negros eram donos da miséria, da fome, do sofrimento, da revolta suicida. Alguns saíam da roça, fugiam para a cidade, com a vida a se fartar de miséria, e com o coração a sobrar esperança. [...] De que valera o padecimento de todos aqueles que ficaram para trás? De que adiantara a coragem de muitos em escolher a fuga, de viverem um ideal quilombola? De que valera o sofrimento do vô Vivêncio? O que adiantara? A vida escrava continuava até os dias de hoje (EVARISTO, 2017, p.72).

Os impasses da identidade afro-brasileira persistem ainda, na descrição da personagem Luandi, irmão de Ponciá Vivêncio que, ao chegar na cidade em busca de sua irmã, avistou um negro com farda de soldado e logo deduziu que a cidade era um lugar melhor para o negro. “Luandi pensou na figura de vô Vivêncio, mas aliviado estava, pois, acreditava que o tempo da escravidão já tinha passado. Existia sofrimento só na roça. Na cidade todos eram iguais. Havia até negros soldados!” (EVARISTO, 2017, p.63).

Apesar das expectativas os dois personagens carregavam o estigma dos afrodescendentes e continuavam marginalizados pelo poder estatal que se recusa a discutir e a responder sobre a existência de um ciclo vicioso de exclusão e subalternização dos negros mantidos estrategicamente por uma sociedade organizada racialmente.

Segundo Foucault “[...] o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo” (FOUCAULT, 2002, p.306).

Algum tempo depois, Luandi decidiu voltar à vila Vivêncio para saber notícias de sua mãe e irmã. Pediu uma farda emprestada de Nestor, queria que todos o vissem em posição de autoridade, que todos o respeitassem. Na vila não as encontrou e foi falar com a ancestral da vila Nêngua Kainda pedir a benção e perguntar a respeito da mãe e da irmã.

Nêngua Kainda falando a língua que só os mais velhos entendiam, abençoou Luandi. Falou que a mãe do rapaz estava viva e que eles se encontrariam um dia. Falou de Ponciá Vivêncio também. A irmã estava na cidade, não muito distante dele. Carecia de acolhê-la antes que a herança se fizesse presente. Depois Nêngua Kainda olhou os trajes de Luandi e deu de rir, mas com os olhos. Ria dizendo que o moço estava num caminho que não era o dele. Que estava querendo ter voz de mando, mas de que valeria tanto, se sozinho? Se a voz de Luandi não fosse o eco encompridado de outras vozes-irmãs sofridas, a fala dele nem no deserto cairia. Poderia sim, ser peia, areia nos olhos dele, chicote que ele levantaria contra os corpos dos seus (EVARISTO, 2003, p. 120).

A ancestral entendia que Luandi precisava recuperar e valorizar seus antepassados, pois seria mais importante haver união entre eles para conseqüentemente promover o fortalecimento de seu povo, da sua cultura, através da recuperação e valorização da memória de seus ancestrais.

Luandi passava por um conflito identitário, pois queria esquecer os anos de dominação de seu povo e aderir aos padrões culturais dominantes e se auto afirmar. Esse fato é resultante da influência do colonizador que impôs sua cultura e modo de viver aos povos colonizados, disseminando uma ideologia de que eram superiores e mais civilizados que os povos dominados.

Nesse sentido Woodward (2000, p. 9), indica que a identidade é relacional e social, isto é, depende do outro e se constitui por meio de processos de inclusão e exclusão a partir das diferenças percebidas, que são marcas sociais. Pois o pertencimento a um grupo específico carrega em si a exclusão de quem não pertence ao grupo.

Constata-se que as lembranças, idas e vindas nas lembranças vão constituindo

a identidade dos personagens e ligando o tempo presente ao passado de dominação, e até mesmo, o desenraizamento e a desvalorização da cultura africana. Nesse sentido, a narrativa busca entender a identidade afro-brasileira, sua complexidade histórica e seu estado de abandono social.

A questão da formação identitária é desvelada na narrativa de forma intrínseca e complexa por meio de uma “rede” de lembranças e reflexões realizadas a partir das incursões no passado. Enfatizando que a memória e/ou resgate dos antepassados corroboram e são fatores determinantes para a formação da identidade, assim como para a manutenção da cultura de um povo.

Dessa forma, percebe-se no romance *Ponciá Vivêncio* para que os personagens Ponciá e Luandi encontrassem a si mesmos e amenizassem as angústias vividas e solidão era necessário voltar as suas raízes, ou seja, voltar a viver na vila Vivêncio, comunidade no meio rural em que eles viviam em contato com a natureza, com o rio, com as águas, que para seu povo representa a força vital dos seus mortos, a força onde se alicerçava o futuro e os descendentes do povo africano.

Maria Vicêncio, agora de olhos abertos, contemplava a filha. Lá estava a sua menina única e múltipla. Maria Vicência se alegrou, o tempo de reconduzir a filha à casa, à beira do rio estava acontecendo. Ponciá voltaria ao lugar das águas e lá encontraria a sustância, o húmus para o seu viver. [...] Andava como se quisesse emendar um tempo ao outro, seguia agarrando tudo, o passado-presente-e-o-que-há-de vir. E do tempo lembrado e esquecido de Ponciá Vicêncio, uma imagem se presentificava pela força mesma do peso de seu vestígio: Vô Vicêncio. [...] Lá fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto, Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não se perderia jamais, se guardaria nas águas do rio (EVARISTO, 2003, p. 127-128).

O momento do reencontro de Ponciá com a família é crucial, o encontro vai além do espaço-tempo. A união vai além do momento, ocorre um encontro com ela mesma, com as águas do rio, com a força vital da vida, com o passado, presente e o futuro misturando a história de seus antepassados, com a sua própria história.

Esse movimento elástico do tempo descrito na narrativa, através das memórias de Ponciá faz emergir e ecoar até hoje, as vivências, humilhações e subalternidades advindas de um período colonial que impactou na formação identitária de um povo e seus descendentes.

Da mesma forma que Ponciá e Luandi, personagens de *Ponciá Vivêncio*, tem suas identidades constituídas a partir das memórias de um passado marcado pela dominação portuguesa, os personagens de *Venenos de Deus e remédios do Diabo* (2008), de Mia Couto, escritor moçambicano, também tem suas identidades constituídas a partir das relações com o colonizador num contexto pós-independência de Moçambique.

Os laços de convivência, inter-relações, e até mesmo a supervalorização dos costumes, da cultura e da língua do colonizador marca o conflito e a dualidade sofridos pelo povo moçambicano, pois alguns viam na independência um acontecimento benéfico e outros sentiam até mesmo, saudades da colonização portuguesa.

Apesar de todos os fatores, o colonizador não conseguiu homogeneizar a tradição, a cultura e a identidade do moçambicano, a formação identitária do povo de Moçambique foi constituída com certa hibridez.

Mia Couto mostra que as identidades não foram constituídas a partir de uma única essência, eram ambíguas e complexas. A ambiguidade era perpetrada pela descrição das memórias das relações conflitantes entre Bartolomeu, velho mecânico naval, e seu inimigo o administrador da Vila Cacimba, Suacelência. Além da relação com o português, Sidónio Rosa, pseudo médico, que viera até Moçambique a procura de Deolinda sua ama-

da, filha de Bartolomeu Sozinho e dona Munda.

Bartolomeu Sozinho era um morador da Vila Cacimba e tinha saudades do período em que Moçambique era colônia de Portugal. Ele era uma identidade em trânsito, pois passou mais de dez anos cruzando o Atlântico de Moçambique a Portugal.

Era mecânico da casa de máquinas do transatlântico, o paquete Infante D. Henrique, o único negro a fazer parte da tripulação e isso lhe conferia status social que os outros moradores da vila não tinham.

Depois tudo terminou, o regime colonial se afundou, o navio encalhou, virou sucata e estava um pouco como ele mesmo, à espera de ser abatido. [...] Saudades ondeiam, sim, no seu olhar quando enfrenta, na moldura pendurada na parede, a sua desbotada fotografia, perfilado entre cadetes e marinheiros do Infante D. Henrique. Suspenso do retrato, um emblema, verde e branco, da Companhia Colonial de Navegação. [...] A rua se foi convertendo numa nação estranha, longínqua, inatingível. Não tardaria que a fala humana lhe surgisse estranha, ininteligível (COUTO, 2008, p. 14).

No momento presente da narrativa, após a independência da colônia, Bartolomeu Sozinho não passava de mais um morador que perambulava pelas ruas da vila, sem função, sem emprego. O próprio sobrenome Sozinho denuncia a situação de abandono e descaso que infligiu a população moçambicana após-independência sem qualquer expectativa de melhorias sociais e econômicas.

Mia Couto utiliza-se da metáfora do “navio encalhado” e do jogo de palavras “sozinho” para reforçar a crise política, econômica e social de Moçambique que impossibilitou o avanço do país e ainda o desamparo e abandono institucional que acometeu a todos os moradores da vila Cacimba.

As memórias de Bartolomeu refletem uma identidade conflituosa e ambígua, onde o colonizado sente saudades do período que sua nação pertencia à outra nação. “[...] e até o fim do regime colonial, continuou embarcando. De cada vez que embarcava mais ele se alongava de si mesmo” (COUTO, 2008, p. 22).

A relação entre colônia e metrópole foi marcada pela superioridade europeia e a falsa harmonia entre colonizador e colonizado. Em alguns momentos de diálogos com Sidónio Rosa, Bartolomeu Sozinho retrata consciência, em relação ao seu passado histórico.

— O senhor chegou aqui a perguntar se gostávamos dos portugueses, todos os dias perguntava a mesma coisa...

— E qual é o mal?

— Nunca em Portugal eu perguntei se os portugueses gostavam dos africanos. E sabe porquê?

— Não.

— Tinha medo de perguntar porque já sabia a resposta.

—Tudo isso mudou muito. Portugal, agora, é um outro país.

—As pessoas demoram a mudar. Quase sempre demoram mais que a própria vida.... (COUTO, 2008, p. 165).

Os conflitos identitários ocorrem não só entre Moçambicanos e portugueses são visualizados também entre os próprios moçambicanos, pois a diferença na tonalidade da pele entre eles poderia provocar separações no grupo. Isso se dá porque, na colonização, os portugueses valorizavam mais os mulatos do que os negros.

Como podemos observar no trecho em que Bartolomeu conta ironicamente o dia que pediu a mão da sua esposa:

No dia em que o jovem Bartolomeu Sozinho, envergando o

melhor fato do seu melhor amigo, se apresentou perante a família da noiva, ele proclamou com solenidade:

- Não sou preto!
- Então?
- Sou extremamente mulato.

Apesar de tudo, a chamada raça, ao contrário das previsões, não tinha —retrocedida. Deolinda era de pele clara, mais clara que a própria mãe (COUTO, 2008, p. 31).

Ambos tiveram que romper com seus familiares, Munda, por casar-se com um negro foi acusada de fazer a “raça” andar para trás. Bartolomeu Sozinho também teve que cortar os laços com os seus pela traição de trazer uma mulata para a família com o argumento que ela era quase negra. A resposta dada por sua família era que “os mulatos são pretos só quando lhes convém”.

A fragmentação racial é exemplificada no romance, através da não aceitação da união de Bartolomeu e Munda, essa tensão deriva do regime colonial responsável de certa forma pela ascensão social e restrição da cidadania.

A hierarquização e representações sociais existentes em Moçambique iam além da questão econômica, de gênero ou étnica. O colonizador lançava mão de “todo um espectro de sentimentos que vai de relativa indiferença à violenta rejeição ou a orgulhosa aceitação” (STRAUSS, 1999, p.36).

Nesse sentido, Figueiredo (1998), o negro, como colonizado, é criação da Europa. Antes de ter contato com o branco, o colonizado / o negro não se sente inferior a nenhuma outra raça. Toda a crise identitária surge da negação dos valores humanos e culturais imposta pela colonização.

Apesar de toda a violência sofrida pela população Moçambicana quando era colônia de Portugal. O período pós-independência de Moçambique é marcado por conflitos civis e deslocamentos sociais.

Como enfatiza Mia Couto, através da personagem Bartolomeu Sozinho que tinha saudades do tempo em que sua terra era colônia de Portugal, pois vencida os mares, tinha uma profissão, seu passado era repleto de glórias, a sua posição social era outra.

No entanto, Suacelência, administrador da vila Cacimba, não sentia saudades do “passado que não lhe abria nenhuma porta” (COUTO, 2008, p. 27). Ele estava vivendo um momento que, apesar da farda, era a autoridade representante do governo e possuía status social mais elevado.

O lenço não tinha descanso, enxugando o pescoço e o rosto. E falou, entre a súplica e a ordem:

- Quero um remédio, Doutor.
- Um remédio? Pode ser mais específico?

Ele queria se desglandular.

- O suor é um defeito dos pobres. E nós, meu caro Doutor, estamos a combater a pobreza, não é verdade?

O doutor que o livrasse daquela tão plebeia tendência. Que ele, ainda há pouco, por lamentável lapso se havia enxugado na bandeira nacional. [...] “a nossa esplendorosa Pátria idolatrada” (COUTO, 2008, p. 44).

As personagens do romance *Venenos de Deus, remédios do Diabo* possuem identidades representadas de forma difusa e construídas de forma ambivalente, nunca são

descritas como apenas um ser único/homogêneo. Nesse sentido Hall complementa:

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um 'eu' coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2003, p.12-13).

Contudo, percebe-se que a narrativa tem como pano de fundo uma história de dominação e imposição cultural de um povo representante da cultura ocidental hegemônica, influenciando diretamente os povos colonizados subalternos.

Os efeitos da colonização são tão latentes que, mesmo após a independência de Moçambique, ainda persistem alguns resquícios desse processo "civilizatório", o país sofre com as incertezas, guerras civis, abandono político, crise econômica. A sociedade moçambicana sorveu "venenos de Deus".

A estratégia é a mesma nos dois sistemas, tanto no Brasil como em Moçambique o Estado se omite e escolhe deixar morrer ou viver grupos indesejáveis. Como ressalta Mia Couto (2008), "Poucos e desamparados, partilhando secretas cumplicidades e sofrendo de um mesmo sentimento de orfandade. A cultura que os criou está longe, noutra tempo, noutra universo" (COUTO, 2008, p. 147-148).

A língua foi um dos principais instrumentos de imposição cultural usado pelos colonizadores, pois o valor ideológico que o uso da mesma transmite, é o da superioridade da civilização europeia em relação à civilização africana.

Mia Couto representa essa imposição em um dos trechos que Bartolomeu Sozinho explica sobre seu nome de batismo.

— O seu nome é Tsotsi. Bartolomeu Tsotsi.

Acabrunhado, Bartolomeu aceitou. Primeiro, foram os outros que lhe mudaram o nome, no baptismo. Depois, quando pôde voltar a ser ele mesmo, já tinha aprendido a ter vergonha do seu nome original. Ele se colonizara a si mesmo. E Tsotsi dera origem a Sozinho. [...]

— A proposito de Língua, sabe de uma coisa, Doutor Sidónio? Eu já me estou a desmulatar (COUTO, 2008, p.110).

Mia Couto mostra que a convivência entre colonizador/colonizado gerava algumas tensões e a identidade do colonizado se tornava cada vez mais ambivalente e contraditória, pois ele assimilava e valorizava os aspectos culturais do colonizador.

Entretanto, apesar do longo período de dominação sobre o julgo português, o colonizador não foi capaz de apagar por completo a identidade africana. O escritor representa esse fato no momento que o médico Sidónio Rosa, português se perde na vila Cacimba.

À medida que se afasta dos recantos que ele tão bem conhece, Sidónio vai-se perdendo em labirínticas paisagens. As ruínas se convertem em tortuosos atalhos, as pessoas deixam de falar português. O médico afunda-se num mundo desconhecido, fora da geografia, longe do idioma. [...] Aos poucos, a estranheza dá lugar ao medo. Ali começa um continente que Sidónio Rosa desconhecia. Apercebe-se quanto a sua África era reduzida [...]. No fundo, o português não era uma pessoa. Ele era uma raça que caminhava, solitária, nos atalhos de uma vila africana (COUTO, 2008, p. 116-117).

O português Sidónio percebeu que naquela parte da vila existia um universo que não conhecia, pois os moradores falavam uma língua diferente, que não era a sua. "O

velho está com uma *catorzinha*". Neste momento ele representa o seu país Portugal e percebe o quanto sua visão de África é limitada a sua convivência com os Sozinhos. Não conhecia a parte mais afastada da vila, sentiu-se solitário, agora tinha certeza que apesar de alguns moradores falarem a Língua do Colonizador aquela não era sua terra.

A língua no romance funciona como elemento de coesão nacional e ao mesmo tempo como instrumento de preservação das raízes africanas e demonstra que embora tenham sido subjugados por longos anos os africanos resistiram preservando traços de sua identidade, história e cultura.

Considerações finais

A partir da leitura das narrativas de Conceição Evaristo e de Mia Couto compreendemos a história do Brasil e de Moçambique no contexto pós-colonial e como o processo de colonização destes dois territórios impactou na formação identitária do afro-brasileiro e moçambicano.

Ambos os autores abordaram essa problemática multifacetada, ressaltando os conflitos identitários dos personagens sem colocar de lado a condição humana e muito menos a consciência histórica e apagamento das identidades na colonização.

Os escritores construíram uma narrativa que tece uma rede entre passado e presente, racional e imaginário repleta de símbolos do imaginário cultural africano advindos da herança de seus ancestrais.

Portanto, as literaturas pós-colonialistas, além de discutir o processo de independência de países colonizados, ainda demonstram que as consequências do colonialismo permanecem fincadas em diversos níveis das sociedades brasileira e moçambicana e seus efeitos ecoam até hoje na vida dos ex-colonizados.

Referências

ARAÚJO, F. S. de. **Uma escrita em dupla face: a mulher negra em Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo**. 116 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007 Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2012/11/images_Flavia.pdf Acesso: 17/01/19.

COUTO, Mia. **Venenos de Deus, remédios do Diabo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Construções de identidades pós-coloniais na literatura antilhana**. Niterói: Eduff, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

GIDDENS Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker.1991. São Paulo: Editora UNESP -(Biblioteca básica).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. DP& A editora. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG,

2003. <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo> Acessado em: 18/09/2018.

IANNI, Octávio (2011). Literatura e Consciência. In: DUARTE, Eduardo de Assis ; FONSECA, Maria Nazareth Soares, (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: Antologia Crítica**. v.4, Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PEREIRA, Mateus. **Quilombolas e quilombos: histórias do povo brasileiro**. Belo Horizonte: Rona, 2012.

PRIORE, Mary Del. **Histórias íntimas. Sexualidade e erotismo na história do Brasil**. 2012, Editora Planeta.

SANTOS, Boaventura de Souza. **“Entre Próspero e Caliban: Colonialismo”**, Pós-Colonialismo e Interidentidade. *Novos Estudos*, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-66/>. Acesso em 26/09/2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1994.

STRAUSS, Anselmo L. **Espelhos e máscaras: a busca de identidade**. São Paulo: Edusp, 1999.

SOUZA, marina de Melo e. **África e Brasil africano**. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

MATTOS, Regiane Augusto de. **História e cultura afro-brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MINDOSO, André Victorino **Os assimilados de Moçambique: da situação colonial à experiência socialista**/ André Victorino Mindoso – Curitiba, 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.<<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/46471/R%20-%20T%20-%20ANDRE%20VICTORINO%20MINDOSO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 16/01/19 às 18: 23

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Editora Perspectiva S/A. 2016.

TRESPACH, Rodrigo. **História não (ou) mal contadas: escravidão, do ano 1000 ao século XXI**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

WOODWARD, K. (2007). **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In T. T. Silva (Org.), **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais** (7a ed., pp. 7-72). Petrópolis, RJ: Vozes.